

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL E DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 1975/2004

Júlio Cesar de Oliveira*

Resumo: Este artigo examina o desempenho do índice de desenvolvimento humano (IDH) brasileiro, bem como seus indicadores de saúde, educação e renda, ao longo dos relatórios de desenvolvimento humano publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O trabalho também realiza um comparativo entre a evolução do IDH do Brasil com o dos países latino-americanos, com base em um conjunto de estatísticas e metodologia passíveis de comparação, de acordo com o RDH de 2004. Os principais resultados mostraram que não houve variações muito significativas nos indicadores brasileiros, apesar do País possuir indicadores de renda e de educação ligeiramente superiores aos da América Latina. Contudo, a expectativa de vida ficou abaixo da média latino-americana.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento Humano do Brasil, América Latina e Caribe.

Abstract: This paper examines the behavior of the Brazilian human development index (HDI), and studies its indicators of health, education and income the Human Development Reports (HDR) published by the United Nations Development Programme (UNDP). It also examined the tendencies of the human development by 2004 reports, comparing the Brazilian index with Latin America and the Caribbean countries, between 1975 and 2004, according to identical statistics and same procedures for the calculations of the Human Development Index. The main results showed a weak improvement in the Brazilians indicators; despite rent and education Brazilians indexes are slightly bigger than Latin

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia do PPGE-UFRGS. Artigo apresentado na VII Reunião de Economia Mundial, em abril de 2005, em Madrid. E-mail: julio.cesar@ufrgs.br.

America. However, the life expectancy was below of the Latin American average.

Key words: Human Development Index (HDI). United Nations Development Programme (UNDP). Brazilian, Latin America and the Caribbean Human Development.

Jel classification: I31 – General welfare; Basic needs. O15 – Human resources; Human development; Income distribution; Migration. R11 – Regional economic activity: Growth, development, and changes.

1 Introdução

O Brasil é uma das quinze maiores economias do mundo, em termos de PIB total, ficando abaixo, dentre os países da América Latina e do Caribe, apenas do México. No entanto quando se comparam seus indicadores sociais em relação aos demais países latino-americanos, seu desempenho fica muito abaixo do que se poderia esperar.

Este artigo tem como objetivo explicitar esse desempenho do Brasil em termos dos indicadores sociais, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pelo PNUD da ONU e traçar um comparativo dos indicadores brasileiros com os da América Latina e do Caribe.

Na primeira seção serão analisados os parâmetros e os procedimentos metodológicos utilizados para os indicadores componentes do IDH. Na segunda parte, avaliar-se-á a evolução do IDH do Brasil e de seus indicadores, de acordo com as alterações metodológicas desde o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano até a última publicação. Nesta última, analisar-se-á o desempenho do IDH do Brasil em relação aos dos demais países latino-caribenhos, com base em um conjunto de estatísticas e metodologia passível de comparação, de acordo com o relatório de 2004 do PNUD.

2 Características da metodologia de cálculo do IDH

O Relatório de Desenvolvimento Humano, desde a primeira publicação, em 1990, procura avaliar o bem-estar social nos diferentes países onde são realizadas as análises, utilizando-se o PIB *per capita*, a esperança média de vida e a taxa de alfabetização. O Relatório busca mensurar, através

do IDH, as realizações médias de um país por meio de uma medida que permita quantificar o acesso a uma vida prolongada e saudável, à educação e aos recursos necessários para uma vida decente.

O IDH resulta, portanto, da combinação de três dimensões básicas: saúde, educação e renda. A saúde está expressa pela esperança de vida ao nascer; o nível de educação encontra-se representado através da combinação da taxa de alfabetização de adultos (15 anos ou mais), com uma ponderação de 2/3, e pela taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (básico, médio e superior) em relação à população de 7 a 22 anos de idade, com ponderação de 1/3; e a renda *per capita* está mensurada pelo PIB real *per capita* expresso em dólares PPC (paridade do poder de compra de cada país).

A expectativa de vida ao nascer, além de mensurar a longevidade esperada, é considerada o melhor indicador da saúde de uma população. Esse indicativo informa o número de anos que uma criança recém-nascida viveria caso os padrões de mortalidade se mantivessem constantes ao longo de sua vida. As estimativas desse indicador são elaboradas pela Divisão da População das Nações Unidas (*World Population Prospects*), a cada dois anos, com base em dados censitários e em pesquisas no interior dos diferentes países.

A taxa de alfabetização de adultos expressa em porcentagem, representa o número de pessoas com 15 anos ou mais de idade que são capazes de ler e escrever um bilhete simples em sua língua nativa, dividido pelo total de pessoas com 15 ou mais anos no ano de referência. A taxa combinada de matrículas representa o somatório das pessoas com idades entre 7 e 22 anos, matriculadas nos três níveis de ensino (básico, médio e superior), dividido pelo número de total de pessoas, relativamente a essa mesma faixa etária, no ano de referência. As estatísticas das variáveis que compõem esse indicador provêm da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As estimativas para a taxa de alfabetização usadas nos relatórios vêm do Instituto para Estatísticas da Unesco (UIS), que combina estatísticas feitas pelos governos nacionais com as próprias estatísticas da UIS. As taxas de matrícula bruta

nos três níveis de ensino são realizadas também pelo UIS com base nos dados educacionais obtidos junto aos governos e nos fornecidos pela Divisão de População das Nações Unidas.

O indicador de renda, que mensura a renda da população em seu próprio país, através do PIB *per capita* expresso em dólares PPC, procura refletir o poder de compra das moedas de cada país. A fonte dos dados do PIB *per capita* em dólares PPC, utilizada para o cálculo do IDH, é do Banco Mundial (*World Development Report*). Este banco fornece a paridade do poder de compra do dólar norte-americano como fator de conversão dos dados expressos em diferentes moedas nacionais para permitir comparações entre o PIB de 163 países, em vez das taxas de câmbio. Para os países não cobertos pelo Banco Mundial são usados dados da *Penn World Tables* da Universidade da Pensilvânia (EUA).

O IDH, portanto, reflete a construção de um índice sintético com três dimensões de qualidade de vida. No entanto, a ONU reconhece que o ideal seria refletir todos os aspectos da vida humana. Os motivos apresentados pela ONU para a inclusão de poucos indicadores no cálculo do IDH, devem-se a três fatores. O primeiro refere-se a atribuição de pesos aos diferentes componentes do IDH, envolvendo, algum grau de arbitrariedade que se torna mais difícil à medida que aumenta o número de dimensões. O segundo consiste na indisponibilidade de dados estatísticos para um conjunto mais abrangente de informações em certos países. O último fundamenta-se na existência de indicadores sobrepostos aos considerados na formulação do IDH, como exemplo, a mortalidade infantil que já está refletida na expectativa de vida.

O processo de construção deste índice sintético é relativamente simples. A metodologia adotada para o cálculo do IDH, formulada pelo PNUD, desdobra-se em três etapas. Na primeira, são escolhidos os indicadores a serem utilizados e sua forma de agrupamento. No caso específico do IDH utilizam-se quatro indicadores agrupados em três blocos (Saúde, Educação e Renda).

A segunda etapa consiste em expressar os diferentes indicadores em unidades comparáveis através de índices parciais, definindo os piores e os melhores resultados por síveis

para cada indicador. Os limites mínimo e máximo de cada indicador foram arbitrados *a priori* pelo PNUD, representando valores observados ou esperados em um período de 60 anos, ou seja, os mínimos, retroagiram 30 anos, e os máximos avançaram 30 anos em relação a uma dada dimensão. Os limites mínimos e máximos, vigentes atualmente para cada indicador foram estabelecidos a partir do relatório de 1995 e estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Valores mínimos e máximos dos indicadores de saúde, educação e renda do IDH

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Unidade
Esperança de vida ao nascer	25	85	Anos
Taxa de Alfabetização de adultos	0	100	%
Taxa combinada de matrículas	0	100	%
PIB <i>per capita</i>	0	40.000	Dólar PPC

FONTE: PNUD (1995 – dados brutos).

De acordo com o valor observado para cada indicador e seus respectivos limites, obtêm-se os índices parciais através da razão entre o valor observado de cada país, deduzido do limite inferior e o limite superior deduzido do inferior para as três dimensões de indicadores do IDH. Em resumo, a equação geral é obtida por: Índice $ij = (\text{Valor observado } ij - \text{Valor } i.\text{mínimo}) / (\text{Valor } i.\text{máximo} - \text{Valor } i.\text{mínimo})$; onde o índice ij corresponde ao valor do indicador i verificado no país j . Os índices obtidos por essa razão estarão no intervalo entre zero e a unidade, desde que os valores observados para cada indicador estejam dentro dos limites previamente estabelecidos. Em outros termos, quanto mais próximo o valor observado estiver do limite máximo (o índice tenderá ao valor unitário), tanto melhor será a situação. No outro extremo, quando o valor observado se aproximar do limite mínimo (o índice tenderá à zero), tanto pior será a situação.

A última etapa de construção do índice envolve a escolha dos pesos a serem atribuídos a cada bloco de indicadores e para cada um dos indicadores que compõem o bloco. No caso específico do IDH, foram atribuídos pesos iguais para as três

dimensões, o que significa atribuir igual importância a cada dimensão. No entanto, dentro do bloco educação foi atribuída uma ponderação de 2/3 à taxa de alfabetização de adultos e uma ponderação de 1/3 à taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino.

Desse modo, o cálculo do IDH consiste numa média aritmética simples dos três dimensões definidas anteriormente. Isso equivale dizer que o IDH é apurado para cada país a partir da média de seus índices parciais de saúde, educação e renda. O resultado final obtido pelo IDH permite classificar os países em três categorias, de acordo com o valor do índice calculado: alto desenvolvimento humano, médio desenvolvimento humano e baixo desenvolvimento humano. Feitas essas considerações, passa-se à análise da evolução do IDH do Brasil e os efeitos sobre esses índices das alterações metodológicas efetuadas pelo PNUD.

3 Evolução do IDH do Brasil

Desde que foi publicado pela primeira vez pelo RDH/PNUD, em 1990, o IDH do Brasil apresentou sempre um comportamento um tanto oscilatório. Além da série de alterações metodológicas, que foram as grandes responsáveis pelo comportamento pendular do IDH brasileiro, observa-se o fato de ser o IDH um índice basicamente estrutural. Os indicadores que entram em na sua construção, exceto o da renda *per capita*, não apresentam variações muito significativas, de um ano para outro. No curto prazo, o IDH não reflete as ligeiras melhorias no desempenho dos indicadores sociais. Em outras palavras, no curto prazo, o grau de variação de um indicador às oscilações da conjuntura de um país num dado ano a outro, é muito pequeno. Porém, no longo prazo as variações são relevantes. Essa constante irregularidade do IDH brasileiro resultou quase exclusivamente, às mudanças metodológicas, sobretudo, no índice de renda, que sofreu diversos ajustes na sua formulação de cálculo (Tabela 2). Por essa razão, não irá se comparar à evolução do IDH ao longo dos relatórios, mas sim explicar o comportamento das variáveis e do próprio índice do Brasil no período analisado pelas publicações do PNUD.

Tabela 2 – Indicadores, índices e classificação do Brasil segundo o IDH, 1990-2004.

Relatórios (RDH)			Indicadores, Índices e IDH do Brasil								
Ano de publicação dos relatórios	Ranking do Brasil	Número de Países	Esperança de vida (anos)	Índice de Saúde	Taxa de alfabetização (%)	Taxa de matrículas (%)	Índice de Educação	PIB Real (US\$ PPC)		Índice de Renda	IDH do Brasil
								per capita	per capita ajustado		
1990 ^a	80º	130	65,0	0,650	78,0	–	0,740	4.307	–	0,963	0,784
1991 ^b	60º	160	65,6	0,645	78,5	3,3*	0,726	4.620	4.620	0,905	0,759
1992 ^c	59º	160	65,6	0,645	81,1	3,9*	0,623	4.951	4.851	0,952	0,739
1993 ^d	70º	173	65,6	0,645	81,1	3,9*	0,623	4.718	4.718	0,924	0,730
1994 ^e	63º	173	65,8	0,680	82,1	4,0*	0,637	5.240	5.142	0,953	0,756
1995 ^f	63º	174	66,3	0,688	81,9	70	0,779	5.240	5.142	0,943	0,804
1996 ^g	58º	174	66,5	0,692	82,4	72	0,789	5.500	5.500	0,909	0,796
1997 ^h	68º	175	66,4	0,690	82,7	72	0,791	5.362	5.362	0,872	0,783
1998 ⁱ	62	174	66,6	0,693	83,3	72	0,795	5.982	5.982	0,938	0,809
1999 ^j	79º	174	66,8	0,700	84,0	80	0,830	6.480	–	0,700	0,739
2000 ^k	74º	174	67,0	0,700	84,5	84	0,840	6.625	–	0,700	0,747
2001 ^l	69º	162	67,5	0,710	84,9	80	0,830	7.037	–	0,710	0,750
2002 ^m	73º	173	67,7	0,710	85,2	80	0,830	7.625	–	0,720	0,757
2003 ⁿ	65	175	67,8	0,710	87,3	95	0,900	7.360	–	0,720	0,777
2004 ^p	72	177	68,0	0,720	86,4	92	0,880	7.770	–	0,730	0,775

FONTE: PNUD (1990 a 2004).

Obs.: Pela revisão dos dados e da metodologia, os valores dos IDH do Brasil não são comparáveis aos seus IDH anteriores.

^a As estatísticas da esperança de vida e do PIB real *per capita* se referem ao ano de 1987, os da educação a 1985. A linha de pobreza ficou calculada em US\$ 4.861.

^b Os dados da esperança de vida referem-se a 1990; os da taxa de alfabetização a 1985, e da escolaridade média a 1980. No Índice de educação usa-se o indicador anos médios de escolaridade (valores com asterisco) medido em anos. O PIB *per capita* corresponde à média dos anos de 1985-88, sendo a linha de pobreza fixada em US\$ 4.829.

^c Tanto a esperança de vida quanto à educação referem-se ao ano de 1990. O PIB *per capita*, por sua vez, corresponde ao ano de 1987, sendo o umbral de pobreza fixado em US\$ 4.829.

^d O PIB *per capita*, ajustado pela linha de pobreza, refere-se ao ano de 1990.

^e Todos as informações estatísticas referem-se ao ano de 1992, exceto o PIB *per capita* que diz respeito a 1991, e o valor limiar da renda *per capita* média mundial foi igual a US\$ 5.120.

^f O nível de educação passou a ser a taxa de matrículas combinadas nos três níveis de ensino em vez da escolaridade média.

^g Todas as estatísticas referem-se ao ano de 1993, sendo o limiar da renda média mundial igual a US\$ 5.711.

^h O referencial utilizado para todas informações foi o ano de 1994, sendo US\$ 5.835 o limite médio mundial da renda.

ⁱ As estatísticas usadas foram para o ano de 1995, sendo a renda mundial limiar US\$ 5.990.

^j Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1997.

^k Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1998.

^l Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1999.

^m As estatísticas utilizadas são para o ano de 2000, exceto a taxa de matrículas que se refere aos dados do ano de 1999.

ⁿ As estatísticas usadas são para o ano de 2001, exceto a taxa de matrículas que se refere aos dados do ano de 2000/01. Para alguns países a taxas de matrículas referem-se aos dados da UNESCO, e outros a estimativas dos próprios países.

^p As estatísticas utilizadas são para o ano de 2002, exceto a taxa de matrículas que se refere aos dados do ano de 2001/02.

Em relação à expectativa de vida do Brasil, pode-se dizer que este indicador sofreu variações não muito significantes, tanto em termos absolutos, quanto relativos, ao longo dos RDH. A esperança de vida ao nascer, igual a 65 em 1990, passou para 68 anos em 2004, correspondendo a um acréscimo de apenas 4,6% na vida média do povo brasileiro. Ressalta-se, ainda, que a suave melhoria do indicador de longevidade, a partir de 1995, deveu-se a alterações dos limites (superior e inferior) deste indicador, e não ao seu desempenho. Conclui-se, portanto, que a expectativa de vida pouco contribuiu para melhoria do IDH do País.

No tocante à contribuição da educação, a composição deste índice foi alterada no relatório de 1995, ficando o indicador de escolaridade média substituído pela taxa combinada de matrículas do ensino básico, intermediário e superior, por razões de qualidade estatística. Embora os índices de educação levantados para os países nesse relatório não sejam comparáveis aos seus valores computados nos anos anteriores, pois os parâmetros utilizados não são os mesmos, não se pode deixar de destacar a consequência dessa alteração metodológica, que elevou a classificação do Brasil na escala do desenvolvimento humano em nível mundial.

Trançando-se um comparativo entre a escolaridade média e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino pode-se verificar a elevação do índice de educação. Como o indicador de escolaridade média no Brasil, no RDH de 1994, era de quatro anos, sendo sete o limite máximo desta escala, sua contribuição no índice de educação correspondia, portanto, apenas 57% no valor total deste indicador. Por outro lado, no relatório de 1995, a contribuição referente à taxa combinada de matrícula bruta no Brasil foi de 70%, que é bem superior a da escolaridade média do Brasil. Desse modo, a situação relativa do Brasil, em termos de educação, foi beneficiada com a mudança de metodologia. Acabou elevando-se o índice de educação de 0,637 para 0,779, que correspondeu exatamente a um acréscimo na ordem de 22,3% no valor desse índice.

Este aumento, por sua vez, foi o grande responsável pela elevação do IDH do Brasil, uma vez que o índice saúde aumentou apenas 1,18% e o índice renda sofreu uma suave

queda de 1,05%. O resultado final disto acarretou na classificação do País, em 1995, pela primeira vez, no grupo dos países de elevado IDH.

Este aumento, por sua vez, foi o grande responsável pela elevação do IDH do Brasil, uma vez que o índice saúde aumentou apenas 1,18% e o índice renda sofreu uma suave queda de 1,05%. O resultado final disto acarretou na classificação do País, em 1995, pela primeira vez, no grupo dos países de elevado IDH.

No que diz respeito às alterações no cálculo da renda pode-se atribuir a maior parte das variações sofridas pelo IDH do Brasil a este indicador. Para começar a queda do valor do IDH do Brasil da 59ª posição, em 1992, para a 70ª, em 1993, interpretada como deterioração da qualidade de vida do povo brasileiro entre esses dois anos, não passou de um simples artifício metodológico. Conforme salientou Rodrigues (1994), embora tenha realmente ocorrido uma queda no bem-estar social do País, segundo a análise de indicadores conjunturais, o IDH, como está configurado, seria incapaz de refleti-lo, mesmo que os dados empregados no seu cômputo fossem atualizados anualmente.

O rebaixamento do Brasil não ocorreu pelos indicadores de esperança de vida, nem pelos de educação (Tabela 2), pois foram utilizados os mesmos valores desses indicadores no cálculo dos IDHs desses dois anos. Tal decréscimo decorreu à inclusão de 11 repúblicas da extinta URSS¹ e da exclusão da Albânia e da Iugoslávia que antes estavam mais bem classificadas do que o Brasil (Rodrigues, 1994, p. 46).

Novamente, a súbita elevação do bem-estar social no Brasil que ascendeu de 70º lugar, no relatório de 1993, para 63º, em 1994, só foi possível devido ao indicador de renda. Assim, segundo o PNUD, o PIB real *per capita* brasileiro (com paridade de poder de compra) subiu de US\$ 4.718 (dado de 1990) para US\$ 5.240 (dado de 1991), representando uma significativa elevação de 11,1%. Entretanto, esse resultado para o Brasil deve ser visto com ressalvas, porque a boa performance

¹ As onze repúblicas incluídas da antiga URSS foram as seguintes: Lituânia, Estônia, Letônia, Bielorrússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Cazaquistão, Azerbaijão, Moldávia e Turquemenistão.

detectada pelo PNUD, neste período, refletiu apenas o resultado metodológico da conversão cambial do PIB *per capita* da moeda nacional para dólares, não constituindo uma melhoria real. Além disso, observa Rodrigues (1994, p. 47), o acréscimo da renda constado pelo PNUD entra em contradição com os dados das PNADs do IBGE que apontam para uma queda de 0,8% na renda média da população brasileira entre 1990 e 1991. Salienta-se, ainda, que a queda dos indicadores de renda de alguns países ajudou a colocar o Brasil naquela posição mais elevada.

Outra vez a ascensão no bem-estar da população brasileira, medida através do seu IDH, pode ser creditada novamente ao indicador renda. O índice passou de 68º lugar, no relatório de 1997, para 62º, no de 1998, atingindo o mais alto valor de IDH já obtido pelo País, sendo igual a 0,809. Mais uma vez, o Brasil volta a pertencer ao grupo dos países considerados de alto desenvolvimento humano.

Conforme pode ser constatado na Tabela 2, tanto o indicador de saúde, como o do nível de educação, não sofreu acréscimos significativos nesses dois anos em questão. O PIB real *per capita* do Brasil, por seu turno, passou de US\$ 5.382 (estatística de 1994) para US\$ 5.982 (estatística de 1995), que correspondeu um aumento substancial na ordem de 11,15%. Ainda que tenha efetivamente acontecido à elevação no bem-estar social, pois este período reflete justamente o início do Plano Real, que trouxe certa melhoria na renda *per capita* do País, conforme aponta a análise de indicadores conjunturais, o IDH não conseguiria capturá-la a tempo. Devido ao modo de como seu cálculo está conformado, este resultado não apareceria no primeiro instante. Por essa razão, assinala-se que o aumento do IDH foi resultante de alterações cambiais da conversão do PIB *per capita* em real para o valor em dólares com paridade do poder de compra, refletindo apenas as flutuações conjunturais da economia.

O IDH do relatório de 1999, por sua vez, apresentou uma acentuada queda na qualidade de vida da população do Brasil, provocada, exclusivamente, pela modificação do critério metodológico da renda. A nova metodologia de cálculo do PIB *per capita* considerava que para países com nível de renda *per capita* próximos ao brasileiro, a renda seria menos

relevante do era no método anterior², e por isso descontaria todo rendimento e não apenas a parcela da renda acima da média³ mundial. De acordo com Paulani e Braga (2000), o novo método de cálculo tornou a classificação do Brasil mais realista, ajustando de maneira mais sensata o peso da variável renda no cômputo do índice. Desse modo, o IDH do Brasil caiu do 62º lugar em 1998, para 79º em 1999, deslocando-o 15 posições abaixo no *ranking* mundial, e colocando-o, mais outra vez, no grupo de países considerados de médio desenvolvimento humano.

O relatório de 2000, em contrapartida, mostrou uma suave elevação no valor do IDH do País em relação ao anterior, na ordem de 1,08%. Essa variação foi devida basicamente ao índice educação, uma vez que os índices renda e saúde não sofreram nenhuma alteração. Desse modo, o índice de educação foi o único responsável pela elevação na classificação mundial do IDH do País para a 74º colocação.

A tendência de ligeira melhoria no IDH brasileiro voltou a ser confirmada pelo RDH de 2001, que fez com que o País avançasse cinco colocações no *ranking* mundial. Esse fato tem duas explicações distintas. A primeira se refere à variação do IDH que foi devida exclusivamente a elevação do índice renda, uma vez que os índices educação e saúde obtiveram variações inexpressivas. A outra diz respeito à nova classificação do Brasil que ocorreu graças à supressão de doze países⁴ nesse relatório.

O RDH de 2002 manteve a tendência de suave ascendência do IDH do Brasil, sendo puxada novamente pelo indicador de renda, apesar dos pequenos progressos na taxa de alfabetização de adultos e na esperança de vida ao nascer, que não foram suficientes para avançar o índice brasileiro. O que determinou a melhora do IDH brasileiro foi o crescimento da renda *per capita* ajustada pelo poder de compra. Entretanto, o país volta praticamente para a mesma classificação de 2000

² Gormely (1995) e outros argüiram que o cálculo da renda *per capita* no IDH superestimava a contribuição desta.

³ O PIB médio mundial *per capita*.

⁴ Os países que não constaram desse relatório foram: Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Granada, Ilhas Salomão, Iraque, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Tomé e Príncipe, São Vicente e Grenadinas, Seychelles e Vanuatu.

no *ranking* mundial (73ª colocação), com o retorno de onze nações no universo dos países analisados, pois seis⁵ delas se encontraram à frente do Brasil. Assim, poderia ser deduzido um acréscimo do padrão de renda *per capita* brasileira entre o período de 1999 a 2000. Mas, isto não parece ser compatível com a queda do poder de compra apontada por diversos organismos nacionais.

O relatório de 2003 exibiu uma acentuada melhoria no IDH brasileiro, ocasionada, mais uma vez, pelas alterações estatísticas de dados. As variações dos indicadores de saúde (esperança de vida) e de renda (PIB real *per capita*) mantiveram os respectivos índices nos mesmos patamares. Desta vez o grande responsável pelo aumento do IDH do Brasil foi o índice de educação. A elevação desse índice decorreu da adoção das taxas de matrículas brutas. A UNESCO, responsável pelos indicadores de educação, passou a adotar informações referentes à taxa de matrícula bruta observadas pelos governos dos próprios países. No caso brasileiro, isso implicou em uma elevação de 8,43% no índice de educação, que, por sua vez, ocasionou um significativo aumento no IDH, levando o País para a 65ª posição, passando a frente de diversos países do continente.

Finalmente, o RDH de 2004 mostrou uma leve queda no IDH do país, causada, de novo, pelos indicadores de educação, uma vez que a UNESCO voltou a realizar as estimativas desses indicadores para a população do Brasil. Esse fato, juntamente com a incorporação de um país ao *ranking* do IDH de 2004⁶, trouxe uma queda de nove posições no *ranking* mundial, levando o Brasil para a 72ª colocação.

4 Evolução do IDH do Brasil em relação aos dos países da América Latina e Caribe

A Tabela 3 apresenta a evolução do IDH do Brasil e dos países da América Latina e Caribe nos últimos 26 anos, se-

⁵ São Cristóvão e Nevis, Seychelles, Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica e Santa Lúcia.

⁶ No relatório de 2004 foram incorporados dois países ao *ranking* do IDH: Tonga (que entrou na 63ª posição) e Timor-Leste (158ª colocação).

gundo o relatório de 2004, baseada em um conjunto de estatísticas e procedimentos metodológicos comparáveis entre si, conforme metodologia vigente.

Em relação à evolução do desenvolvimento humano, nesse período, os países podem ser separados em três grupos distintos: os que obtiveram taxas de crescimento muito acima da média dos países da América Latina e Caribe; os que cresceram a taxas ligeiramente superiores a média; e os que tiveram taxas de crescimento abaixo da média. No primeiro grupo estão Bolívia, Honduras, Guatemala, El Salvador e Brasil, cujas taxas foram superiores a 20% no período. No segundo grupo encontram-se República Dominicana, Chile, Nicarágua, Peru, Colômbia, Equador e México, com taxas de crescimento entre 16% e 19%.

Os demais países se encontram no último grupo, com taxas abaixo de 14% no período em questão. Salienta-se, ainda, que a maioria dos países que atingiu taxa de crescimento inferior à média latino-americana possuem índices mais elevados dentre os países do continente. Em contrapartida, os países que conquistaram as maiores taxas de crescimento, exceto o Brasil, têm os menores índices do continente (Tabela 3).

Diante desse panorama histórico, constata-se que o IDH do Brasil experimentou considerável melhoria durante todo período. Mais especificamente, a análise do IDH revela, por um lado, uma contínua elevação ao longo das décadas, por outro, mostra que essa performance foi mais acentuada, sobretudo, a partir última década, cujo valor desse índice alcançou o terço superior do intervalo de classificação dos países como médio grau de desenvolvimento.

Assinala-se ainda (Tabela 3) que o IDH brasileiro manteve-se acima do IDH médio de todos os países do mundo, em todo período,. Entretanto, essa constatação não se verifica em relação aos países da América Latina e Caribe. O IDH do Brasil foi ligeiramente inferior à média dos países latino-caribenhos em quase todo o período, ultrapassando essa média apenas na última década, dado o elevado desempenho humano inicial em relação ao Brasil, de vários países nesse continente, como Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela, entre outros.

Tabela 3 – Tendências comparáveis do IDH do Brasil e de países selecionados, 1975 a 2002.

Países da América Latina e Caribe	IDH					
	1975	1980	1985	1990	1995	2002
IDH médio dos países latino-americanos	0,662	0,684	0,699	0,714	0,732	0,760
Barbados	0,804	0,827	0,837	0,851	0,859	0,888
Argentina	0,784	0,799	0,808	0,810	0,832	0,853
São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	0,844
Chile	0,703	0,738	0,761	0,784	0,814	0,839
Costa Rica	0,745	0,770	0,774	0,791	0,810	0,834
Uruguai	0,759	0,779	0,785	0,803	0,816	0,833
Bahamas	–	0,809	0,820	0,825	0,812	0,815
Cuba	–	–	–	–	–	0,809
México	0,688	0,734	0,753	0,761	0,776	0,802
Trinidad e Tobago	0,735	0,768	0,786	0,791	0,793	0,801
Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	0,800
Panamá	0,708	0,735	0,746	0,748	0,771	0,791
Suriname	–	–	–	–	–	0,780
Venezuela	0,716	0,730	0,739	0,759	0,768	0,778
Santa Lúcia	–	–	–	–	–	0,777
Brasil	0,644	0,680	0,695	0,714	0,739	0,775
Colômbia	0,661	0,689	0,706	0,727	0,751	0,773
Jamaica	0,687	0,695	0,699	0,726	0,737	0,764
Peru	0,642	0,672	0,696	0,706	0,733	0,752
São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	0,751
Paraguai	0,667	0,701	0,708	0,719	0,738	0,751
Granada	–	–	–	–	–	0,745
Dominica	–	–	–	–	–	0,743
República Dominicana	0,617	0,648	0,670	0,678	0,699	0,738
Belize	–	0,707	0,717	0,747	0,768	0,737
Equador	0,630	0,674	0,696	0,710	0,719	0,735
El Salvador	0,590	0,590	0,610	0,648	0,686	0,720
Guiana	0,677	0,683	0,679	0,697	0,706	0,719
Bolívia	0,512	0,548	0,580	0,603	0,635	0,681
Honduras	0,517	0,568	0,599	0,624	0,646	0,672
Nicarágua	0,565	0,576	0,584	0,589	0,624	0,667
Guatemala	0,510	0,546	0,559	0,583	0,613	0,649
Haiti	–	0,443	0,459	0,455	0,448	0,463
IDH Médio de todos os países	0,597	0,634	0,648	0,666	0,676	0,729

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano (2004 – dados brutos).

OBS.: ^a Os valores do IDH foram calculados utilizando metodologia e séries temporais de dados consistentes entre si.

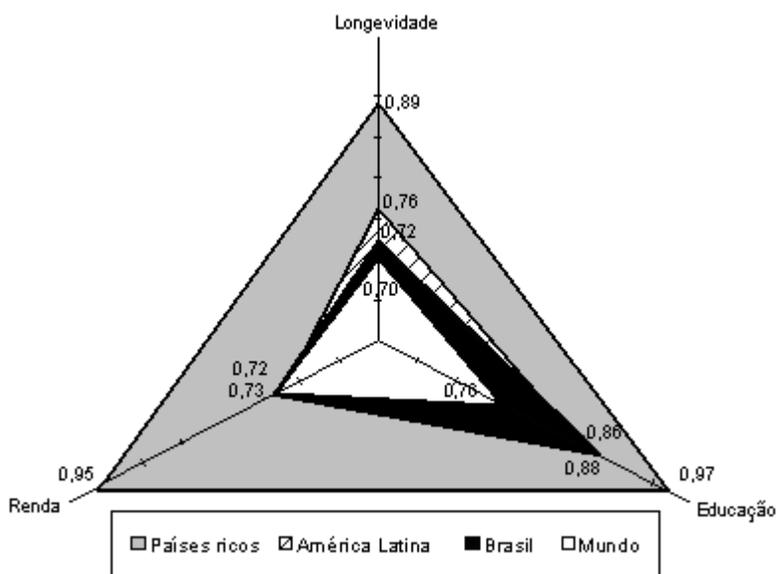
^b Apesar dos relatórios do PNUD começarem a se publicados somente a partir de 1990, o ano mais cedo para o qual existem todos dados disponíveis para o IDH é o de 1975.

^c Os anos demarcados na tabela referem-se exatamente às estimativas das variáveis que compõem o IDH.

^d São exatamente 33 países da América Latina e Caribe que constam no relatório do PNUD.

Em relação às três dimensões que compõem o IDH (renda, educação e longevidade), verifica-se que esta última foi a de menor contribuição para a elevação do índice do País. Em contrapartida, a dimensão do fator educação continua sendo aquele que o Brasil atingiu os resultados mais significativos.

No tocante à dimensão renda, o Brasil⁷ exibe a 63ª maior renda *per capita* dos 177 países pesquisados no relatório do PNUD de 2004. O país possui o mesmo índice de renda da média mundial dos países pesquisados e é ligeiramente superior ao da América Latina e Caribe (Gráfico 1).



FONTE: RDH (2004).

Gráfico 1 – Comparação entre as três dimensões do IDH nos países ricos; América Latina; Brasil e Mundo.

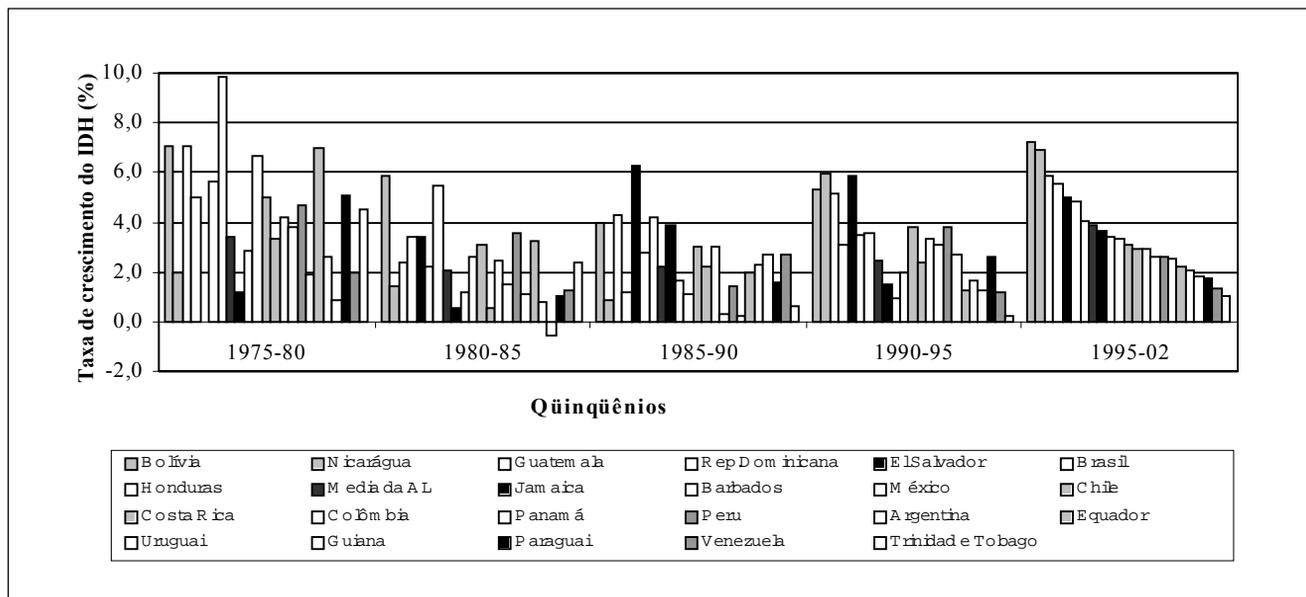
⁷ Os índices brasileiros são: 0,72 para a saúde (longevidade); 0,73 para a renda (PIB *per capita*) e 0,88 para a educação (taxas de matrícula e alfabetização). Os índices sul-americanos são: 0,76 para a saúde; 0,72 para a renda e 0,86 para a educação. Os índices que expressam a média mundial são: 0,70 para a saúde; 0,73 para a renda e 0,76 para a educação; e os dos países ricos são: 0,89 para a saúde; 0,95 para a renda e 0,97 para a educação (PNUD, 2004).

A dimensão educação, por sua vez, em que o Brasil ocupa a 62ª entre o universo de países do último relatório, ainda favorece a classificação mundial do IDH brasileiro. O maior problema nesse índice encontra-se no acervo de analfabetos do País. Esse fato reduz a posição do Brasil no desempenho do indicador, uma vez que possui, segundo o RDH de 2004, a 16ª melhor taxa de matrícula bruta e apenas a 97ª melhor taxa de alfabetização do universo de países pesquisados.

Em relação à esperança de vida ao nascer, a situação é mais grave. O Brasil possui, segundo o RDH de 2004, expectativa de vida menor do que a de muitos países com metade de sua renda *per capita*, e ou daqueles que estão em posições muito abaixo da brasileira no *ranking* do IDH. Ainda que o Brasil tenha conseguido elevar paulatinamente sua longevidade, entre 1975 e 2002, este avanço ficou abaixo do necessário para conquistar melhores posições mundiais, uma vez que o país ocupa apenas a 111ª posição entre 177 países no *ranking* desse indicador. A baixa performance do indicador brasileiro de longevidade resulta, principalmente, da má performance de dois fatores sociais: da alta taxa de mortalidade infantil, sobretudo, do meio rural, e da alta taxa de homicídios dos grandes centros urbanos.

Em resumo, o Brasil se aproxima mais dos países ricos na dimensão educação e fica mais distante na variável renda. O País possui o mesmo índice de renda da média mundial dos países pesquisados e é ligeiramente superior ao da América Latina. Ele supera a média mundial em à educação à e expectativa de vida, mas fica abaixo da média latino-americana no último indicador (Gráfico 1).

Apesar disso, o Brasil vem conseguindo se manter à frente das taxas de crescimento de diversos países latino americanos. Conforme pode ser visto pela Tabela 3, em 1975, o IDH brasileiro era inferior ao de vários países da América Latina e Caribe, como Paraguai, Guiana, Jamaica e Colômbia. Dez anos depois, o IDH do Brasil era superior ao índice da Guiana. Já, em 1995, ultrapassava o da Jamaica e o do Paraguai, e, em 2002, estava acima do da Colômbia, devido a um crescimento contínuo ao longo do período.



FONTE: Dados da Tabela 3.

(1) A lacuna, entre 1975-80, refere-se ao IDH do país El Salvador que permaneceu estagnado nesse período.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento quinquenal do IDH de países selecionados da AL e Caribe (1975-02).

Em relação a essa constatação, o Gráfico 2 mostra as taxas de crescimento quinquenal do IDH do Brasil e de países selecionados da América Latina e Caribe, entre 1975 e 2002. Como pode ser observado no Gráfico 2, a taxa de crescimento do IDH da maior parte dos países do continente foi mais intensa no primeiro quinquênio do período em questão. No que tange ao Brasil, a taxa de crescimento do IDH foi ligeiramente superior à média da região latina e caribenha em todo período. Entretanto, o crescimento do IDH, tanto brasileiro como sul-americano, não ocorreu de maneira uniforme ao longo dos quinquênios.

No início da série estatística (1975-80), a taxa de crescimento do IDH do Brasil foi muito maior do que a da América Latina e Caribe (as taxas foram, respectivamente, 5,6% e 3,4%). Os quinquênios que compreendem os períodos entre 1980 até 1990 apresentaram evolução crescente do IDH brasileiro, sempre superior à média dos países latino-americanos e caribenhos, porém em ritmo mais lento. Entre 1980/85 a taxa de crescimento brasileira foi 2,2% e a sul-americana 2,1%; enquanto entre 1985/90 as taxas foram, respectivamente, 2,7% e 2,2%. Em contrapartida, os últimos dois períodos mantiveram um crescimento acentuado do IDH brasileiro (3,5% em 1990/95 e 4,9% em 1995/02), bem acima da média da América Latina e Caribe (2,5% em 1990/95 e 3,9% em 1995/02). No entanto, quando se analisa a evolução do IDH em todo período, assinala-se que a maioria dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, obteve maiores taxas de crescimento no primeiro quinquênio.

5 Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, o padrão de vida da população brasileira avançou muito na área social, embora o crescimento econômico do Brasil não tenha sido o desejado. De acordo com os dados divulgados pela ONU (2004) o perfil da educação do Brasil melhorou muito nas últimas duas décadas. Reduziu-se a taxa de analfabetismo, aumentou substancialmente o número de matrículas escolares e cresceu a escolaridade média, embora esta ainda seja de dois anos a menos do que a nos países de renda *per capita* equivalente à brasileira.

A mesma constatação pode ser estendida à área da saúde. A expectativa de vida subiu e a mortalidade infantil caiu

significativamente, sobretudo, nos anos de 1990. Os avanços podem ser expandidos até no âmbito econômico. Na atualidade, o Brasil figura entre as nações de economia mais forte do mundo em termos de PIB.

Entretanto, o que se está se questionando são as variações anuais dos indicadores socioeconômicos que entram na construção do IDH, quando se abstraem as alterações metodológicas que ocorreram ao longo dos relatórios do PNUD. Em relação aos indicadores de expectativa de vida, taxa de alfabetização ou taxa combinada de matrículas do Brasil, em determinado ano a outro, verifica-se que não existem variações muito significativas dessas variáveis.

Mesmo que tivessem ocorrido sensíveis alterações nesses indicadores em um dado período, o IDH não conseguiria refletir às sensíveis melhorias ou deteriorações no desempenho social do País, em um curto espaço de tempo, uma vez que estas corresponderiam a ligeiras variações tanto no índice de educação, como no de saúde. Apenas através de uma análise de longo prazo, no mínimo uma década, se poderia observar tais alterações.

Em contrapartida, as variações do indicador de renda, por ser uma variável de caráter puramente conjuntural, provocam um peso preponderante nas variações anuais do IDH e, conseqüentemente, na classificação dos países de um ano para outro no *ranking* mundial do desenvolvimento humano. Mais especificamente, no caso brasileiro, as variações do PIB *per capita* em dólares PPC, apuradas pelo PNUD, não representam a verdadeira situação do indicador de renda no País, porque não refletem a distribuição de renda nem o nível de pobreza. Além disso, o cálculo de um índice único (ou médio), em um país que apresenta grandes disparidades nos valores de um atributo qualquer, não representará adequadamente o nível de bem-estar daquele atributo na sua população.

Observa-se, por último, ao longo dos relatórios publicados pelo PNUD, que, apesar da metodologia de cálculo estar em constante aperfeiçoamento técnico, para fins de melhorias das estatísticas que compõe o índice, ainda permanece a lacuna referente à análise dos indicadores de pobreza e de distribuição de renda. Salienta-se, entretanto, que, como o IDH é um índice sintético relativamente recente, possíveis avanços metodológicos ainda estão por vir.

6 Referências

- ACHARYA, A.; WALL, H. J. An evaluation of united nations human development index. *Journal of Economic and Social Measurement*, v. 1, n. 20, p. 51-65, 1994.
- BANCO MUNDIAL. *Total GNI 2003, Atlas method*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/databytopic/GNI.pdf>>. Acessado em dez. 2004.
- GORMELY, P. J. The human development index in 1994: impact of income on country rank. *Journal of Economic and Social Measurement*, v. 4, n. 21, p. 253-267, 1995.
- ISLAM, S. The human development and *per capita* GDP. *Applied Economics Letters*, v. 5, n. 2, p. 166-167, 1995.
- PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Sarai-va, 2000.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de desenvolvimento humano 1990: conceito e medida do desenvolvimento humano*. Lisboa: Tricontinental, 1990.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1991: financiando o desenvolvimento humano*. Lisboa: Tricontinental, 1991.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1992: dimensões globais do desenvolvimento humano*. Lisboa: Tricontinental, 1992.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1993: participação das pessoas*. Lisboa: Tricontinental, 1993.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1994: segurança humana*. Lisboa: Tricontinental, 1994.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1995: questões de gênero*. Lisboa: Tricontinental, 1995.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1996: crescimento sem emprego*. Lisboa: Tricontinental, 1996.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1997: desenvolvimento humano e pobreza*. Lisboa: Tricontinental, 1997.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1998: consumo alarga fosso entre ricos e pobres*. Lisboa: Tricontinental, 1998.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 1999: globalização com uma face humana*. Lisboa: Tricontinental, 1999.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 2000: direitos humanos e desenvolvimento humano*. Lisboa: Tricontinental, 2000.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 2001: fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano*. Lisboa: Tricontinental, 2001.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 2002: aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Lisboa: Tricontinental, 2002.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 2003: objetivos de desenvolvimento do milênio*. Lisboa: Tricontinental, 2003.
- _____. *Relatório de desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Tricontinental, 2004.
- RODRIGUES, Maria Cecília P. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 7, jul. 1993.
- _____. Por que o Brasil subiu no *ranking* do desenvolvimento? *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 9, set. 1994.
- _____. Desenvolvimento humano no Brasil surpreende ONU. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, nov. 1995.